

ANÁLISE SISTEMÁTICA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

SYSTEMATIC ANALYSIS OF LINGUISTIC PREJUDICE IN BRAZILIAN SOCIETY

Antônio Vieira Passos Neto ¹

RESUMO

O presente trabalho procura enfatizar um dos temas mais discutido atualmente entre os gramáticos e linguistas, que é, o preconceito linguístico na sociedade brasileira. O mesmo apresentará os principais conceitos de preconceito linguísticos, apontados por especialistas como Bagno (2011) e Possenti (1996), além de definições vistas e entendidas pelo senso comum. A pesquisa apresentará algumas causas que tem instigado a cada dia o aumento do mesmo, como, a desvalorização das classes de falantes, o mal uso dos livros didáticos e a falta de compreensão da população em massa. Além disso, também será apresentado com base nos estudiosos, as principais maneiras de encerrar o preconceito linguístico na sociedade brasileira, superando este fenômeno que vem crescendo paulatinamente.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito. Falantes. Língua.

ABSTRACT

The present work seeks to emphasize one of the most discussed subjects among grammarians and linguists, that is, linguistic prejudice in Brazilian society. The same will present the main concepts of linguistic prejudice, pointed out by experts such as Bagno (2011) and Possenti (1996), besides definitions seen and understood by common sense. The research will present some causes that have instigated each day the increase of the same, as the devaluation of the classes of speakers, the misuse of textbooks and the lack of understanding of the population in mass. In addition, it will also be presented on the basis of scholars, the main ways to address linguistic prejudice in Brazilian society, overcoming this phenomenon that has been growing gradually.

KEYWORDS: Preconception. Speakers. Language.

¹ Graduado em Pedagogia, pela Faculdade Integrada do Brasil – FAIBRA e Mestrando em Educação, pela Logos University Internacional. **E-mail:** netao250studio@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6006428685556524

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira existe um tipo de comportamento que quase não é percebido, mas que, aos olhos dos linguistas e gramáticos é bem perceptível. Esse tipo de comportamento chama-se, preconceito linguístico. É sabido que, o modo como se fala, indica como a pessoa é, de onde veio, qual sua origem, gênero, sua faixa etária etc.

É evidente que, por traz da fala de cada indivíduo, existe uma série de coisa que cercam seu convívio social, pois é impossível explicar a linguagem desvinculada de sua vertente social.

É por meio da linguagem que o homem organiza e estrutura seu pensamento, estabelece relações interpessoais ao se comunicar, expressar seus pensamentos e intenções, defender seus pontos de vista. É mais do que claro que, por meio da linguagem o homem produz conhecimento, uma vez que ela é à base da realização das ações humanas.

E é por meio da língua, sistema de signos histórico e social específico aos membros de uma determinada comunidade, que a faculdade da linguagem se realiza solida e plenamente, permitindo ao homem dar significado ao seu contexto e ao mundo como um todo.

Neste presente trabalho será conhecido as formas visíveis do preconceito linguístico na sociedade brasileira, como ela vem se expandindo a cada ano e quais ações podem ou devem ser tomadas para despertar os profissionais da área educacional que trabalham com uma diversidade de alunos, os especialistas que a cada momento veem buscando soluções para desvincular essa errônea visão social, e a todos os estudantes e serem sociais que a cada dia vivenciam o preconceito linguístico no seu cotidiano.

O QUE É O PRECONCEITO LINGUÍSTICO?

Sabe-se que preconceito é um pensamento, posição, ou tese formada a partir de uma ideia ou de

uma visão daquilo que se conceitua antes mesmo de uma avaliação. É um tipo de conceito premeditado. Esse é o que se define pelo senso comum. Porém, segundo alguns especialistas como Larrosa e Skliar (2001, p. 11), afirmam que, a palavra preconceito, tal como as palavras democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito, dentre outras, nos remete a significados ambíguos, como nos alertam.

Dentro do tema abordado, para se entender o que é o preconceito linguístico, BAGNO (2011) esclarece:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (BAGNO, 2011, p. 56).

Percebe-se pelas palavras do autor que, por traz do preconceito linguístico, há um preconceito amplamente social, onde envolve classes de poderes, tanto aquisitivos como intelectual, realizado por pessoas de auto nível de formação acadêmica.

Nesse caso, o preconceito linguístico é decorrência de um profundo e arraigado preconceito social que recai não sobre a maneira de falar de uma determinada pessoa, mas sim sobre a própria pessoa em sua identidade individual e social.

O mesmo exemplifica:

Se dizer Cráudia, praca, pranta é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a um questão que não é linguística, mas social e política – as pessoas que dizem Cráudia, praça, pranta pertencem a camadas sociais

desprestigiadas, marginalizadas, excluídas, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sobre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia", "pobre", "carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola (BAGNO, 2011, p. 58).

Ainda sobre essa questão, Possenti (1996) assinala que:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente (POSSENTI, 1996, p. 29).

Não há como negar que, preconceito linguístico é tão comum que chega ao ponto de muitos nem se quer, se importarem mais com esse tipo de coisa, mas, isso é de fato algo que tem que ser combatido, para que não traga prejuízos aos falantes da língua portuguesa, língua está que faz parte de nove países independentes, e que no Brasil carrega um histórico rico para a população.

De acordo com BAGNO (2011):

[...] os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. E o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação à outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma (BAGNO, 2001, p. 96).

Percebe-se nas palavras de Bagno (2011) que, o preconceito linguístico está na mente dos indivíduos, formando uma espécie de ideologia capaz de violentar psicologicamente o próprio pensante, pois, o mesmo sente-se excluído ao não ter o pleno domínio das normas exigidas pela gramática.

CAUSAS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Sobre o preconceito linguístico (fenômeno social que vem crescendo paulatinamente), os cientistas da linguagem veem apresentando algumas causas que geram esta ação em vigor.

Uma das principais causas que tem gerado o crescimento do preconceito linguístico na sociedade brasileira é a falta de compreensão sobre o falar diferente e a desvalorização da língua que se fala no Brasil.

Sobre isso, BAGNO (2003) articula que:

[...] se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, Campina Grande, REALIZE Editora, 2012 empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. (BAGNO, 2003, p. 16).

Percebe-se que existe hoje em vigor, uma grande dificuldade dos indivíduos em valorizar a linguagem usada no meio social pelos diversos grupos existentes.

É relevante pontuar que, na sociedade atual, um dos problemas que geram esse embate é o de que, além das pessoas que não tem um grau de estudo, há ainda aqueles que, mesmo após ter adquirido formação carregam dificuldade em dominar a língua padrão, e por conta disso, são discriminado por outros formandos que estão se desenvolvendo rápido no âmbito de domínio

da língua culta, e esse é um dos motivos que geram o preconceito linguístico na sociedade brasileira.

Outra causa que da margem ao preconceito linguístico na sociedade brasileira é, o tipo de ensino abordado nos livros didático sobre a linguagem no cotidiano das pessoas.

Sabe-se que, o estudo da língua portuguesa apresentado pelos livros didáticos, até pouco tempo, baseava-se na tendência linguística derivada da abordagem estrutural, que trata as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura.

Essa característica deixava clara a insuficiente importância dada, nesse recurso didático, ao tratamento da língua em seu uso real, de forma a admitir a variação e a mudança linguística inerente à língua.

Importa destacar que, com o avanço dos estudos linguísticos e a reformulação da legislação educacional, a qual tem, em um de seus pilares, respeitar diversidades, regionais, culturais e políticas que existem no país, foi introduzida nos livros didáticos de português uma nova visão do fenômeno linguístico, que deixa de ser o de apresentar uma única estrutura invariável para permitir manifestações flexibilizadas, que levam em conta a situação linguística, o contexto social da comunicação.

Ao concordar com o que fora dito acima, BAGNO (2007), enfatiza a questão discutida sobre os livros didáticos. O mesmo afirmar que:

Um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais 'correto', mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p. 15).

Pelo que se pode ver hoje, diante dessa questão, é que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, já que as variedades existentes do português brasileiro são formas comunicativas que servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidos de maneira diferenciada pela sociedade.

O estudante deve ter sua variedade de uso respeitada e também ter acesso à norma de prestígio, para que se consiga uma escola democrática e um ensino de língua eficiente, como o proposto pelos documentos oficiais.

Ainda tratando em apresentar algumas causas que geram o preconceito linguístico na sociedade brasileira, é importante salientar que, um dos principais problemas que impulsiona maioria das pessoas a praticarem o preconceito linguístico, é não saberem diferenciar a língua escrita, a qual é regida pelas regras da gramática normativa, da língua falada, a qual é vinculada e dependente do meio social a qual a mesma está inserida.

Na gramática normativa, a língua nos é mostrada em formas de regras e modelos que devem ser seguidos, não nos fornecendo uma explicação sobre o seu funcionamento. Ainda segundo esses compêndios, a língua se comporta igualmente nas modalidades de fala e escrita, já que prescreve regras que devem ser seguidas em todos os contextos.

CALLOU (2009) esclarece:

Não são poucas as pesquisas que levaram à conclusão de que não existe uma norma única, mas sim uma pluralidade de normas, normas distintas segundo os níveis sociolinguísticos e as circunstâncias de comunicação. É necessário, portanto, que se faça uma reavaliação do lugar da norma padrão, ideal, de referências a outras normas, reavaliação essa que pressupõe levar em conta a variação e observar essa norma padrão como o produto de uma hierarquização de múltiplas formas variantes possíveis, segundo uma escala de valores baseada na adequação de uma forma linguística,

com relação às exigências de interação. (CALLOU, 2009, p. 17).

Existem diversas formas de uso em uma mesma língua, mas isso não quer dizer que a língua passa por dificuldades, ou por uma crise.

O problema existiria se a língua portuguesa não apresentasse diversidades nas suas formas de uso. [...] Uma vez que uma língua se define como língua na medida em que seus usuários se comunicam por meio dela para conviverem socialmente, e os contatos sociais são, por sua vez, de natureza plural.

Provando que, as línguas não são homogêneas, mas heterogêneas, assim como Bagno, CALLOU (2009) esclarece ao mostrar que, com a língua portuguesa, não há nenhuma diferença:

A língua é infinitamente variada e os ideais lingüísticos do final do século XIX e começo do século XX não podem permanecer os mesmos, uma vez que a sociedade atual se estrutura de modo totalmente diverso e as relações que se estabelecem entre os diversos níveis da pirâmide social são hoje muito mais intensas e profundas, graças aos meios de comunicação de massa. (CALLOU, 2009, p. 22).

Sabe-se que, a gramática surgiu para fixar normas, o que pode ser extremo em muitas situações, pois essas regras foram baseadas na livre expressão comunicativa de escritores renomados do nosso passado, a gramática depende da língua e não o inverso, como se procura pressupor:

Bagno (1999), trata sobre isso, esclarecendo que:

[...] Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a

água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renova quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 1999, p. 82).

Deve-se compreender que, a língua é estruturada, um sistema totalmente organizado, e possibilita aos falantes expressarem um mesmo conteúdo de diferentes formas com lógica e coerência. Ela nunca está pronta, acabada, a todo o tempo se renova, se modifica, no entanto, nunca deixa de possibilitar aos falantes a sua plena interação social e cultural.

A questão é que muitos confundem o falar deferente com o erro, e por falta de entendimento, ou até mesmo, um conhecimento organizado para tal julgamento, acabam que, erroneamente, rotulando o falar diferente de “falar errado”, quando na verdade, como já foi apresentado anteriormente, e vem sendo mostrado através de pesquisas e trabalhos sérios que, tudo isso é apenas um fenômeno conhecido como variações linguísticas e não um erro por parte de uma classe social de falantes.

COMO ENCARAR O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA?

O preconceito linguístico deve ser encarado com seriedade, buscando soluções eficazes, que tenham como objetivo mudar esta errônea concepção preconceituosa que se vivencia na sociedade brasileira.

No ambiente educacional por exemplo, o que deve ser feito é documento, destaca-se o papel da escola em defesa do português, procurando combater o preconceito linguístico [...]” (BRASIL, 1998, p. 33), e ainda:

[...] reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades [...] (BRASIL, 1998, p. 5).

Sabe-se que, na luta contra o preconceito linguístico, muito se tem discutido sobre o ensino nas escolas e sobre os livros didáticos da língua portuguesa, usados para o ensino da língua padrão.

É sabido que, o estudo da língua portuguesa apresentado pelos livros didáticos, até pouco tempo, baseava-se na tendência linguística derivada da abordagem estrutural, que trata as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura.

Essa característica deixava clara a insuficiente importância dada, nesse recurso didático, ao tratamento da língua em seu uso real, de forma a admitir a variação e a mudança linguística inerente à língua.

Todavia, vale ressaltar que, com o avanço dos estudos linguísticos e a reformulação da legislação educacional, a qual tem, em um de seus pilares, respeitar diversidades, regionais, culturais e políticas que existem no país, foi introduzida nos livros didáticos de português uma nova visão do fenômeno linguístico, que deixa de ser o de apresentar uma única estrutura invariável para permitir manifestações flexibilizadas, que levam em conta a situação linguística, o contexto social da comunicação.

Pelo que se pode ver hoje, diante dessa questão, é que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, já que as variedades existentes do português brasileiro são formas comunicativas que servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidos de maneira diferenciada pela sociedade.

O estudante deve ter sua variedade de uso respeitada e também ter acesso à norma de prestígio, para que se consiga uma escola democrática e um ensino de língua eficiente, como o proposto pelos documentos oficiais.

Fica evidente que, acreditando ser a escola um espaço em que o estudante tenha acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da

cidadania, e considerando o livro didático um importante instrumento do trabalho docente, faz-se necessária a verificação de como este suporte metodológico tem abordado a variação linguística do português.

Dentro desse contexto, na visão de COELHO, A função da escola e, sobretudo, do professor de português é ajudar o discente a:

[...] compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. -, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais. (COELHO, s/d, p. 2473).

Nota-se que, é importante refletir sobre a variação linguística no contexto escolar, levando em consideração o papel relevante exercido pelo livro didático no processo de ensino e aprendizagem, e na construção do pensamento crítico dos discentes, pois na maioria dos casos, o preconceito linguístico inicia dentro do ambiente escolar, por conta da falta de conhecimento sobre a língua portuguesa, a qual é completamente heterogenia.

É sabido que, diversos trabalhos acadêmicos já foram produzidos acerca desse tema. Contudo ainda é possível encontrar em diferentes autores de materiais didáticos destinados ao ensino básico uma abordagem resumida e/ou distorcida da variação linguística do português brasileiro. Isso se dá por falta de embasamento teórico mais preciso e de reflexões mais solidamente apoiadas nos postulados da sociolinguística e da sociologia da linguagem. Essas duas disciplinas que lidam com o fenômeno da variação e da mudança linguísticas e suas consequências sociais, culturais, políticas e pedagógicas.

Segundo Bagno (2007), é comum que os LDP tratem da variação linguística restringindo-a ao sotaque

e ao léxico. O livro analisado não é exceção a essa regra. Segundo o autor, a variação morfossintática é o nível mais profundo de variação linguística e, por isso, deveria ser o principal foco no ensino de língua, já que dele depende todo o trabalho de letramento que a escola deve explorar com seus estudantes.

A comparação do uso dos recursos gramaticais pelos diferentes grupos sociais é de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Porém, nenhuma das atividades apresentadas pelo LDP em questão faz menção à variação linguística no nível destacado por Bagno (2007).

Tratando-se da visão de BAGNO (2003), sobre como a escolar tem ensinado em sua forma tradicional, o mesmo esclarece:

[...] a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização. (BAGNO, 2003, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os falantes da língua portuguesa, em específico, os professores da língua, devem compreender que, a gramática normativa ensinada nas escolas observa a língua como homogênea e o ensino da língua nativa se baseia nas noções entre certo e errado, por isso que diversos discentes afirmam que não sabem nada de português. Todo falante nativo de uma língua já possui uma gramática internalizada, e quando entra na escola ele deve ampliar a sua capacidade comunicativa nas diversas situações de fala e escrita, e também entender o funcionamento da sua língua. O ensino de português deve ultrapassar a concepção de “certo” e “errado”, e não centrar-se apenas em exercícios gramaticais.

O que fica claro para os estudiosos da linguagem é que, devemos mais reforçar a ideia de uma língua homogênea no trabalho em sala de aula, ao contrário, é

preciso observar essa diversidade, auxiliando a compreensão do tratamento dado a ela, pois, como já foi elucidado, o preconceito linguístico trabalha com a concepção que existe apenas uma única língua portuguesa que merece ser seguida e ensinada nas escolas, esta língua seria aquela que está presente nas gramáticas e nos dicionários e que qualquer manifestação que esteja diferente desta língua tradicional deve ser abolida, pois é considerada, pela visão do preconceito linguístico, como feia, estropiada, errada, deficiente.

Alguns linguistas dizem que, é necessário que se abandone o ensino tradicional baseado apenas em regras gramaticais e que se leve os discentes a ler e a escrever. Os alunos devem ser instigados ao prazer pela leitura, devem perceber os implícitos, e os não-ditos presentes nos textos, só assim poderão se tornar leitores competentes e dessa forma ampliar os seus conhecimentos de mundo.

A ideia mais apoiada entre os estudiosos da linguagem é que, para acabar com o preconceito linguístico é necessário que os docentes abandonem a prática da repetição das normas gramaticais na sala de aula e comecem a investigar o funcionamento da sua língua e produzir o seu próprio conhecimento. Também se deve mostrar que a língua evolui, passa por mudanças e que devemos acompanhar essas mudanças. Enquanto sobre os livros didáticos, é necessário, portanto, que os livros didáticos levem os discentes a fazerem reflexões sobre a língua e não simplesmente exercícios gramaticais baseados na metalinguagem, que nada contribuem para ampliação dos conhecimentos desses alunos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: **por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.
- CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_300.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2010.